



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO**  
**ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE**  
**INTERNO**

**ANEXO III-2.1 / ITEM 46 / RELOCI**

**EXERCÍCIO DE 2024**



**Prefeito Municipal**

Alessandro Broedel Torezani

**Controlador Geral**

Higor Gonçalves de Barros

**Subcontroladora Geral**

Celyza do Espírito Santo Borsoneli



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CONTROLADORIA GERAL .....</b>	<b>5</b>
<b>2. DA FORMALIZAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>3. DA ANÁLISE DAS CONTAS .....</b>	<b>7</b>
<b>3.1. Gestão orçamentária, financeira e fiscal .....</b>	<b>7</b>
<b>3.2 Créditos adicionais .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 Duodécimo.....</b>	<b>16</b>
<b>3.4 Dívida Ativa .....</b>	<b>17</b>
<b>3.5 Dívida pública, operação de crédito e precatório .....</b>	<b>18</b>
<b>3.6 Limites constitucionais e legais .....</b>	<b>19</b>
<b>4. PARECER CONCLUSIVO .....</b>	<b>24</b>



## INTRODUÇÃO

Considerando que o art. 4º, II da IN TCE-ES 68 de 08 de dezembro de 2020, define Prestação de Contas Anual (PCA) como sendo o “conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e das demais peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas dos responsáveis, nos termos do Anexo III” e;

Considerando as determinações contidas na referida IN e respeitando ainda o disposto nos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, Lei Complementar nº 621/2012, Resolução TCE-ES nº 227/2011, alterada pela Resolução 257/13, Resolução TCE-ES nº 261/2013, Lei Municipal nº 861/2017 de 27/11/17 e Instrução Normativa SCI nº 005/2014 – Versão 02.

Considerando também a Resolução TC nº 297 de 30 de agosto de 2016 e suas posteriores alterações, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo com a finalidade de regulamentar e padronizar os procedimentos de análise e prestação de contas anuais que lhe são submetidas para fins de apreciação e emissão de parecer prévio e de julgamento.

A Controladoria Geral do Município de Sooretama, Órgão Central do Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e, em cumprimento as suas obrigações legais, apresenta o corrente relatório e parecer conclusivo.

O documento em comento comporá a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício financeiro de 2024 do Município de Sooretama, que teve como responsável legal o senhor Alessandro Broedel Torezani e o senhor Higor Gonçalves de Barros, como Controlador Geral e a senhora Celyza do Espírito Santo Borsoneli, como subcontroladora geral.



## **1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 31, que a fiscalização do Município seja exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e, pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

Para assegurar o cumprimento do ordenamento legal, foi criado o Sistema de Controle Interno do Município de Sooretama, por meio da Lei Complementar nº 03, de 03 de março de 2011, atualizada pela Lei nº 861, de 27 de novembro de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 959 de 28 de dezembro 2017.

A Unidade Central de Controle Interno encontra-se situada no térreo do Prédio da Prefeitura, ocupando uma sala. Quanto aos recursos tecnológicos, dispõe de 02 (dois) computadores e duas impressoras.

A Controladoria Geral, conta atualmente com dois servidores: o Controlador Geral, que possui a formação acadêmica a nível de Bacharelado em Direito com registro na ordem dos advogados do Brasil e a Subcontroladora Geral servidora efetiva do quadro do executivo municipal com formação acadêmica em Bacharelado em Direito com registro na ordem dos advogados do Brasil.

A unidade central de controle interno também conta com o auxílio do servidor Sebastião Cardoso dos Santos, Assessor Contábil e Financeiro do município que possui formação acadêmica a nível de Bacharelado em Ciências Contábeis com registro no respectivo conselho de classe – CRC, o mesmo auxilia a controladoria geral no período da prestação de contas anual do gestor, considerando as análises contábeis pertinentes nos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.



## 2. FORMALIZAÇÃO

A presente Prestação de Contas foi elaborada respeitando as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, especialmente a IN TCE-ES nº 68/2020, tendo sido enviada por meio do sistema CidadES, no mês de março/2020, observando, portanto, o prazo regimental.

Vale ressaltar que os arquivos que compõem a prestação de contas foram assinados eletronicamente pelo gestor responsável por seu encaminhamento, pelo responsável técnico pela contabilidade e pelo responsável pelo controle interno, quando for o caso.



### 3. DA ANÁLISE DAS CONTAS

Em atenção ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, e, observando as regras estabelecidas na Resolução TC nº 297/2016 e Instrução Normativa TC nº 68/2020, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para tanto foram realizadas, pela servidora formada em Ciências Contábeis, análises de consistência dos dados apresentados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, e também verificada as conciliações bancárias e a compatibilidade dos registros de bens móveis e imóveis com os inventários.

#### 3.1. Gestão orçamentária, financeira e fiscal

##### 3.1.1 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados.

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2024, informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada, menos total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a pagar não processados	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 5.015.186,59
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 5.015.186,59
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



### **3.1.2 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados do exercício de 2024, informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada, menos total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Restos a pagar processados	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 1.422.800,44
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 1.422.800,44
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

### **3.1.3 Comparando o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados pagos no exercício em análise**

Entende-se que o valor informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Orçamentário.

Restos a pagar não processados pagos no exercício	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 10.178.705,67
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 10.178.705,67
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.





### **3.1.4 Comparando o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados pagos no exercício em análise**

Entende-se que o valor informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Orçamentário.

Restos a pagar processados pagos no exercício	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 2.132.189,61
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 2.132.189,61
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

### **3.1.5 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário**

Entende-se que não deve haver execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência no Balanço Orçamentário.

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	R\$ 0,00
Despesa Liquidada	R\$ 0,00
Despesa Paga	R\$ 0,00

Fonte: Balanço Orçamentário – Sistema Cidades

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário a ausência de execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”.



### **3.1.6 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária**

Nota-se que o total da receita orçamentária do exercício de 2024, informada no Balanço Financeiro, é igual ao total da receita orçamentária, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 212.074.114,62
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 212.074.114,62
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

### **3.1.7 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária**

Entende-se que o total da despesa orçamentária do exercício de 2024, informada no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 208.948.450,01
Balanço Orçamentário (b)	R\$ 208.948.450,01
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades 20/03/2025

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



### 3.1.8 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	R\$ 209.048.925,18
Dotação Atualizada (b)	R\$ 214.242.618,23
<b>Saldo da dotação (a -b)</b>	<b>-R\$ 5.193.693,05</b>

Fonte: Balanço Orçamentário – Sistema Cidades

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

### 3.1.9 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Caixa e Equivalente de Caixa (exercício anterior - 2024)	
Balanço Financeiro (a)	R\$ 39.722.354,18
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 39.722.354,18
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



### **3.1.10 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2024, informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Caixa e Equivalente de Caixa (exercício atual - 2024)	
Balanço Financeiro	R\$ 36.972.135,69
Balanço Patrimonial	R\$ 36.972.135,69
<b>Divergência</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

### **3.1.11 Comparativo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Resultado Patrimonial (exercício anterior)	
DVP (a)	R\$ 26.847.464,76
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 26.847.464,76
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Resultado Patrimonial (exercício atual)	
DVP (a)	R\$ 46.738.182,20
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 46.738.182,20
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial x DEMVAP – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



### 3.1.12 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Neste ponto destacamos que os saldos devedores deverão estar iguais aos saldos credores, na comparação realizada entre o balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

Comparativo dos saldos devedores e credores	
<b>Saldos Devedores (a) = I + II</b>	<b>R\$ 429.746.579,77</b>
Ativo (BALPAT) – I	R\$ 196.595.907,98
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	R\$ 233.150.671,79
<b>Saldos Credores (b) = III – IV + V</b>	<b>R\$ 429.746.579,77</b>
Passivo (BALPAT) – III	R\$ 196.595.907,98
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	R\$ 46.738.182,20
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	R\$ 279.888.853,99
<b>Divergência (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial x DEMVAP – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



### **3.2 Créditos adicionais**

Os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320/1964 descrevem sobre os créditos adicionais, que por sua vez são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

A Lei Orçamentária Anual do município, Lei 1.354/2023, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 156.465.600,00 para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 78.232.800,00, conforme art. 6º da LOA, apresentado abaixo:

Art. 6º Ficam os poderes Executivos e Legislativo autorizados a:

I - Suplementar as dotações até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Orçamento Global, para reforço de dotações orçamentárias consignadas, utilizando recursos provenientes da anulação total e/ou parcial de dotações orçamentárias, conforme o art. 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64;

II - Suplementar as dotações até o limite de apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, II, §3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Suplementar as dotações até o limite de apuração do superávit financeiro em balanço patrimonial do exercício de 2023, nos termos do art. 43, §1º, I, e §2º da Lei Federal nº 4.320/64;

IV - Suplementar as dotações através da anulação total e/ou parcial da reserva de contingência.

Parágrafo único. Fica autorizada a suplementação das dotações com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) amortização e encargos da dívida;

b) pessoal e encargos sociais;

O que foi posteriormente alterado pela Lei Municipal nº 1.446/2024, passando o art. 6º a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Ficam os poderes Executivos e Legislativo autorizados a:

I - Suplementar as dotações até o limite de 80% (oitenta por cento) do Orçamento Global, para reforço de dotações orçamentárias consignadas, utilizando recursos provenientes da anulação total e/ou parcial de dotações orçamentárias, conforme o art. 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64;

II - Suplementar as dotações até o limite de apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, II, §3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64;



III - Suplementar as dotações até o limite de apuração do superávit financeiro em balanço patrimonial do exercício de 2023, nos termos do art. 43, §1º, I, e §2º da Lei Federal nº 4.320/64;

IV - Suplementar as dotações através da anulação total e/ou parcial da reserva de contingência. Parágrafo Único. Fica autorizada a suplementação das dotações com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

- a) amortização e encargos da dívida;
- b) pessoal e encargos sociais.”

Assim sendo, o limite de suplementação definido na Lei Orçamentaria Anual passou a ser R\$ 125.172.480,00.

### **3.3 Duodécimo**

O repasse mensal de valores do Executivo ao Legislativo deve observar a redação do art. 168 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional 45/2004 e os parágrafos do art. 29A. Isso porque o texto constitucional passou a consignar a expressão "duodécimos", conduzindo a uma fração proporcional e constante a ser repassada mensalmente à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês.

Verificamos que o valor foi de R\$ 4.120.000,00 (quatro trêz milhões, cento e vinte mil reais), estabelecido na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 de repasses ao Legislativo foi efetuado em parcelas iguais de R\$ 343.333,33 (trezentos e quarenta e tres mil, trezentos e trinta e tres reais e trinta e tres centavos).



**MUNICIPIO DE SOORETAMA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA**  
**ESPIRITO SANTO**  
**01.612.155/0001-41**  
**RAZÃO DO PLANO DE CONTAS**

26/03/2025

**PERÍODO DE 01/01/2024 ATÉ 31/12/2024**

Conta : 351120100001.P - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	D/C
18/01/2024	VPD - Execução Nº 1-0001/2024	343.333,33		343.333,33	D
19/02/2024	VPD - Execução Nº 1-0002/2024	343.333,33		686.666,66	D
18/03/2024	VPD - Execução Nº 1-0003/2024	343.333,33		1.029.999,99	D
19/04/2024	VPD - Execução Nº 1-0004/2024	343.333,33		1.373.333,32	D
20/05/2024	VPD - Execução Nº 1-0005/2024	343.333,33		1.716.666,65	D
18/06/2024	VPD - Execução Nº 1-0006/2024	343.333,33		2.059.999,98	D
16/07/2024	VPD - Execução Nº 1-0007/2024	343.333,33		2.403.333,31	D
19/08/2024	VPD - Execução Nº 1-0008/2024	343.333,33		2.746.666,64	D
20/09/2024	VPD - Execução Nº 1-0009/2024	343.333,33		3.089.999,97	D
17/10/2024	VPD - Execução Nº 1-0010/2024	343.333,33		3.433.333,30	D
18/11/2024	VPD - Execução Nº 1-0011/2024	343.333,33		3.776.666,63	D
18/12/2024	VPD - Execução Nº 1-0012/2024	343.333,37		4.120.000,00	D
31/12/2024	Movimentação Contábil - Encerramento - VPA Nº 1/2024		4.120.000,00		C
<b>Total da Conta</b>		<b>4.120.000,00</b>	<b>4.120.000,00</b>		

Fonte: Sistema E&L 25/03/2025





### 3.4 Dívida Ativa

A Dívida Ativa Municipal é considerada um crédito do ente público que deriva de débitos dos contribuintes com relação à arrecadação dos tributos municipais ou não. A tabela abaixo demonstra os valores da dívida ativa em 31/12/2024 conforme demonstrativo contábil da Secretaria Municipal de Tributos:

DÍVIDA ATIVA		
Tributária	Não tributária	TOTAL
R\$ 9.248.450,99	R\$ 16.580.591,27	R\$ 25.829.042,26

Fonte: Balanço Patrimonial x Relatório Dívida Ativa – Sistema Cidades

### 3.5 Dívida pública, operação de crédito e precatório

O artigo de abertura da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu parágrafo primeiro, declara:

"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."



O cumprimento desses limites é demonstrado por meio do Relatório de Gestão Fiscal, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela LRF.

Analisando o ANEXO II, III e IV da RGF referente o 2º semestre de 2024 (Fonte: Relatório Gasto com pessoal TCEES) constatamos que não houve no Município de Sooretama contratação de operações de crédito e concessão de garantias e contra-garantias, bem como, a unidade gestora não ultrapassou o limite da dívida consolidada líquida no exercício de 2024. Registramos ainda que não houve precatórios no exercício.

### **3.6 Limites constitucionais e legais**

#### **3.6.1 Despesa com pessoal**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal a despesa com pessoal é o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. (Art. 18, LRF)

A referida lei também estabelece os limites para gasto com pessoal delimitando um percentual para cada ente da federação. Neste caso ressaltamos o inciso III do artigo 20 que trás os percentuais da despesa com pessoal na esfera municipal: 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Desta forma, através da publicação do Anexo 1 do RGF referente o 2º semestre de 2024, verificamos que o Poder Executivo de Sooretama alcançou o percentual de 42,73% da receita corrente líquida com despesa com pessoal não ultrapassando assim o limite de alerta estabelecido em lei, conforme demonstrado abaixo:



MUNICÍPIO DE SOORETAMA - ES - PODER EXECUTIVO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL 2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													STN/SICONFI	
													RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		Total (Últimos 12 meses) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.326.146,17	4.794.098,34	5.637.426,34	5.905.941,52	6.215.766,75	5.983.881,04	6.320.762,76	6.087.359,03	5.728.435,80	6.459.569,53	5.845.143,35	16.170.252,46	78.474.783,09	13.375,83
Pessoal Ativo	3.326.146,17	4.794.098,34	5.637.426,34	5.905.941,52	6.215.766,75	5.983.881,04	6.320.762,76	6.087.359,03	5.728.435,80	6.459.569,53	5.845.143,35	16.170.252,46	78.474.783,09	13.375,83
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	2.848.693,02	3.936.742,66	4.646.702,66	4.879.437,61	5.172.463,22	4.942.800,79	5.199.709,92	5.011.953,43	4.712.360,23	5.383.490,32	4.846.691,89	14.080.107,13	65.661.152,88	13.375,83
Obrigações Patronais	477.453,15	857.355,68	990.723,68	1.026.503,91	1.043.303,53	1.041.080,25	1.121.052,84	1.075.405,60	1.016.075,57	1.076.079,21	998.451,46	2.090.145,33	12.813.630,21	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º d														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	61.651,72	60.512,37	63.277,84	123.790,21	67.211,67	66.088,70	68.747,24	70.656,90	68.829,62	68.076,89	66.797,80	127.554,68	913.195,64	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.627,08													5.627,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vin														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enferma	56.024,64	60.512,37	63.277,84	123.790,21	67.211,67	66.088,70	68.747,24	70.656,90	68.829,62	68.076,89	66.797,80	127.554,68	907.568,56	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.264.494,45	4.733.585,97	5.574.148,50	5.782.151,31	6.148.555,08	5.917.792,34	6.252.015,52	6.016.702,13	5.659.606,18	6.391.492,64	5.778.345,55	16.042.697,78	77.561.587,45	13.375,83
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.748.656,74	13.712.392,69	14.537.372,11	14.448.635,45	13.919.336,83	15.403.312,23	14.935.933,96	14.577.897,71	15.844.613,19	14.700.817,82	14.279.389,41	28.438.654,67	181.547.012,81	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)														
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	14.748.656,74	13.712.392,69	14.537.372,11	14.448.635,45	13.919.336,83	15.403.312,23	14.935.933,96	14.577.897,71	15.844.613,19	14.700.817,82	14.279.389,41	28.438.654,67	181.547.012,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	3.264.494,45	4.733.585,97	5.574.148,50	5.782.151,31	6.148.555,08	5.917.792,34	6.252.015,52	6.016.702,13	5.659.606,18	6.391.492,64	5.778.345,55	16.042.697,78	77.574.963,28	
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.364.274,64	7.404.692,05	7.850.180,94	7.802.263,14	7.516.441,89	8.317.788,60	8.065.404,34	7.872.064,76	8.556.091,12	7.938.441,62	7.710.870,28	11.036.873,52	98.035.386,92	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.566.068,91	7.804.457,45	7.457.671,89	7.412.149,98	7.148.619,80	7.901.899,17	7.662.134,12	7.478.461,52	8.128.286,56	7.541.519,54	7.325.326,77	10.485.029,84	93.133.617,57	
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.167.847,18	6.664.222,84	7.065.162,85	7.022.036,83	6.764.797,70	7.486.009,74	7.258.863,91	7.084.858,28	7.700.482,01	7.144.597,46	6.939.783,25	9.933.186,17	88.231.848,23	
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP sobre RCL(X)=(III/V)*100	22,13	34,52	38,34	40,02	44,17	38,42	41,86	41,27	35,72	43,48	40,47	78,56	42,73	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Fundo Municipal De Meio Ambiente, Emissão: 26/03/2025, às 14:13:44

### 3.6.2 Percentual aplicado na saúde

De acordo com a Constituição Federal “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF/88 Art. 196).

Nesse diapasão encontra-se a Lei Complementar nº 141/2012 delimitando para os Municípios o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos estabelecidos nos artigos 156, 158 e 159 da CF/88, em ações e serviços públicos de saúde.

Verificamos através do Anexo 12 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2024 que o **Município de Sooretama** fechou o ano com um percentual de **26,29%** (vinte e seis, virgula vinte e nove por cento) de aplicação na saúde, ultrapassando o percentual mínimo estabelecido em lei.



Obs.: Quadro do ANEXO 12 – RREO (referente a despesa com percentual)

MUNICÍPIO DE SOORETAMA - ES RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024 RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)						STN/SICONFI
						1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100		
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.846.500,00	9.841.400,00	11.195.601,80	113,76		
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	822.000,00	822.000,00	822.000,00	100,00	245.775,24	29,80
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	753.475,90	75,35
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.024.000,00	5.018.900,00	7.052.017,69	140,51	140.517,69	140,51
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.000.500,00	3.000.500,00	3.144.332,96	104,79	104.332,96	104,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	78.452.500,00	78.531.000,00	82.714.350,09	105,33		
Cota-Parte FPM	40.400.000,00	40.400.000,00	41.809.775,39	103,49		
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	79.050,14	131,75		
Cota-Parte IPVA	2.600.000,00	2.600.000,00	2.562.491,16	98,56		
Cota-Parte ICMS	34.622.500,00	34.701.000,00	37.777.502,48	108,87		
Cota-Parte IFI - Exportação	500.000,00	500.000,00	465.440,66	93,09		
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes dos Impostos e Transferências Constitucionais	270.000,00	270.000,00	20.090,26	7,44		
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	87.299.000,00	88.372.400,00	93.909.951,89	106,27		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.672.000,00	4.185.335,21	4.035.567,46	97,12	4.009.155,55	96,48	3.910.257,54	94,10	26.431,91
Despesas Correntes	3.529.000,00	4.109.125,21	3.991.006,61	97,13	3.964.594,70	96,48	3.865.696,69	94,08	26.431,91
Despesas de Capital	143.000,00	46.210,00	44.560,85	96,43	44.560,85	96,43	44.560,85	96,43	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	14.525.000,00	14.530.763,81	14.273.475,72	98,26	14.281.737,83	97,87	14.128.453,30	97,31	71.728,69
Despesas Correntes	14.360.000,00	13.740.161,81	13.512.113,30	98,34	13.441.443,17	97,83	13.360.159,24	97,23	70.670,13
Despesas de Capital	165.000,00	770.602,00	761.362,42	98,80	760.293,66	98,66	760.293,66	98,66	1.068,56
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	320.000,00	376.390,00	368.875,85	98,00	368.875,85	98,00	368.875,85	98,00	
Despesas Correntes	320.000,00	376.390,00	368.875,85	98,00	368.875,85	98,00	368.875,85	98,00	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	242.000,00	147.276,60	94.332,24	64,05	90.231,26	61,27	88.827,35	60,31	4.100,98
Despesas Correntes	241.000,00	146.376,60	94.332,24	64,44	90.231,26	61,64	88.827,35	60,68	4.100,98
Despesas de Capital	1.000,00	900,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.006.000,00	407.389,19	281.770,19	69,16	276.323,33	67,83	268.100,18	65,81	5.446,86
Despesas Correntes	1.005.000,00	406.589,19	281.820,49	69,12	275.573,63	67,78	267.350,48	65,75	5.446,86
Despesas de Capital	1.000,00	800,00	749,70	93,71	749,70	93,71	749,70	93,71	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.898.000,00	5.767.556,94	5.636.801,82	97,72	5.518.838,73	95,69	5.302.440,55	93,32	117.163,09
Despesas Correntes	3.896.000,00	4.917.591,11	4.786.131,82	97,33	4.668.968,73	94,94	4.641.945,15	94,29	117.163,09
Despesas de Capital	2.000,00	849.965,83	849.870,00	99,99	849.870,00	99,99	740.499,40	87,12	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	23.663.000,00	25.364.709,83	24.698.823,28	97,34	24.405.361,75	96,45	24.138.957,57	95,17	224.861,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XI) = (XI)		24.698.823,28	24.405.361,75	24.138.957,57
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Individualmente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)				
(-) Despesas Contidas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Exercícios Anteriores (XIV)				
(-) Despesas Contidas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)				
= VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XI) - (XII) - (XIV) - (XV)		24.698.823,28	24.405.361,75	24.138.957,57
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				14.086.492,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orçamentária Municipal)				
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)		10.605.530,50	10.378.668,97	10.052.464,79
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100		26,29		26,03
Limite de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orçamentária Municipal				

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 LIMITE		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
Saldo Inicial (no exercício atual)	(h)	Despesas Contidas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) <sup>2</sup> (l) = (h - (i ou j))		
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)			
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIX.d)						
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)						
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)						
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)						

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>3</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q = (XIII.d))	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024									
Empenhos de 2023									
Empenhos de 2022									
Empenhos de 2021									
Empenhos de 2020 e anteriores									



MUNICÍPIO DE SOORETAMA - ES RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024 RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)		STN/SICONFI
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "y")		1,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)		
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)		

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012 RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas Canceladas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (xx) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXXIII)	5.981.500,00	9.508.000,00	13.618.509,12	143,23
Prevenientes da União	5.620.000,00	9.146.500,00	13.367.840,05	146,15
Prevenientes dos Estados	361.500,00	361.500,00	250.669,07	69,34
Prevenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXXV)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)			117,24	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXXII + XXX + XXXV)	5.981.500,00	9.508.000,00	13.618.626,36	143,23

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO-CESADO
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	5.014.000,00	5.091.378,27	5.516.330,33	92,63	5.458.855,33	92,65	5.458.855,33	92,65	57.475,00
Despesas Correntes	5.013.000,00	5.519.250,00	5.396.618,33	97,78	5.339.343,33	96,74	5.339.343,33	96,74	57.475,00
Despesas de Capital	1.000,00	372.620,27	119.712,00	32,13	119.712,00	32,13	119.712,00	32,13	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	4.830.000,00	12.712.682,35	12.113.857,02	95,28	10.928.394,45	85,90	10.928.394,45	85,90	1.192.862,57
Despesas Correntes	1.105.000,00	6.252.965,24	6.067.849,91	97,04	5.481.885,22	87,67	5.481.885,22	87,67	585.964,69
Despesas de Capital	3.725.000,00	6.459.717,11	6.045.207,11	93,58	5.438.309,23	84,19	5.438.309,23	84,19	606.897,38
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	100.000,00	406.500,00	396.621,75	97,57	356.537,10	87,71	356.537,10	87,71	40.064,65
Despesas Correntes	100.000,00	406.500,00	396.621,75	97,57	356.537,10	87,71	356.537,10	87,71	40.064,65
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)		86.800,00	78.597,39	91,29	67.331,35	78,29	67.331,35	78,29	11.266,94
Despesas Correntes		86.800,00	78.597,39	91,29	67.331,35	78,29	67.331,35	78,29	11.266,94
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	20.000,00	587.340,00	568.729,42	95,50	536.315,58	91,34	536.315,58	91,34	24.413,94
Despesas Correntes		20.000,00	587.340,00	95,50	536.315,58	91,34	536.315,58	91,34	24.413,94
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	43.500,00	532.571,64	514.485,64	96,45	491.983,20	94,15	491.983,20	94,15	22.582,44
Despesas Correntes	14.500,00	188.423,64	181.537,64	95,84	159.035,20	83,86	159.035,20	83,86	22.582,44
Despesas de Capital	29.000,00	333.348,00	332.948,00	99,94	332.948,00	99,94	332.948,00	99,94	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	10.007.500,00	20.386.768,06	19.179.821,55	94,92	17.831.217,01	88,24	17.831.217,01	88,24	1.348.684,54

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO-CESADO
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.016.000,00	10.047.205,48	9.551.897,79	21,77	9.468.010,88	22,38	9.369.112,87	22,32	83.886,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIII)	19.355.000,00	27.223.444,34	26.386.532,74	68,15	25.121.931,48	58,39	25.048.647,55	59,66	1.264.681,26
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXIV)	420.000,00	782.890,00	765.497,68	1,74	725.412,95	1,72	725.412,95	1,73	40.084,65
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	242.000,00	233.276,00	172.829,63	0,39	157.562,61	0,37	156.158,79	0,37	15.367,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.026.000,00	994.529,19	862.499,61	1,92	812.638,91	1,92	804.415,76	1,92	29.868,70
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	3.941.500,00	6.290.128,58	6.158.487,46	14,02	6.018.821,93	14,21	5.874.426,75	14,00	139.665,53
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	33.670.500,00	45.571.474,09	43.869.844,83	100,00	42.296.379,76	100,00	41.978.174,58	100,00	1.573.466,97

NOTA: Sistema de Administração das Finanças Públicas, Unidade Responsável: Fundo Municipal De Assistência Social, Exercício: 26/05/2025, às 14:43:34





DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100	
<b>ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)</b>	<b>3.771.000,00</b>	<b>5.628.256,16</b>	<b>5.542.986,48</b>	<b>98,48</b>	<b>5.456.538,96</b>	<b>96,95</b>	<b>5.456.538,96</b>	<b>96,95</b>	<b>86.447,52</b>
Despesas Correntes	3.770.000,00	5.533.056,16	5.452.341,25	98,34	5.374.093,73	97,13	5.374.093,73	97,13	78.247,52
Despesas de Capital	1.000,00	95.200,00	90.645,23	95,22	82.445,23	86,60	82.445,23	86,60	8.200,00
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)</b>	<b>5.770.000,00</b>	<b>6.806.128,68</b>	<b>5.186.746,63</b>	<b>76,21</b>	<b>4.078.648,45</b>	<b>59,93</b>	<b>4.078.648,45</b>	<b>59,93</b>	<b>1.108.098,18</b>
Despesas Correntes	1.154.000,00	2.077.316,57	2.066.910,34	99,50	1.684.213,79	81,08	1.684.213,79	81,08	382.696,55
Despesas de Capital	4.616.000,00	4.728.812,11	3.119.836,29	65,98	2.394.434,66	50,64	2.394.434,66	50,64	725.401,63
<b>SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)</b>	<b>200.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>67.407,85</b>	<b>96,30</b>	<b>62.059,35</b>	<b>88,66</b>	<b>62.059,35</b>	<b>88,66</b>	<b>5.348,50</b>
Despesas Correntes	200.000,00	70.000,00	67.407,85	96,30	62.059,35	88,66	62.059,35	88,66	5.348,50
Despesas de Capital									
<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)</b>		<b>30.000,00</b>	<b>29.470,01</b>	<b>98,23</b>	<b>29.470,01</b>	<b>98,23</b>	<b>29.470,01</b>	<b>98,23</b>	
Despesas Correntes		30.000,00	29.470,01	98,23	29.470,01	98,23	29.470,01	98,23	
Despesas de Capital									
<b>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)</b>	<b>120.000,00</b>	<b>139.000,00</b>	<b>121.400,28</b>	<b>87,34</b>	<b>79.986,38</b>	<b>57,54</b>	<b>79.986,38</b>	<b>57,54</b>	<b>41.413,90</b>
Despesas Correntes	120.000,00	139.000,00	121.400,28	87,34	79.986,38	57,54	79.986,38	57,54	41.413,90
Despesas de Capital									
<b>ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)</b>									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)</b>	<b>289.000,00</b>	<b>274.480,44</b>	<b>119.609,62</b>	<b>43,58</b>	<b>119.609,62</b>	<b>43,58</b>	<b>119.609,62</b>	<b>43,58</b>	
Despesas Correntes	3.000,00	125.532,44	119.609,62	95,28	119.609,62	95,28	119.609,62	95,28	
Despesas de Capital	286.000,00	148.948,00							
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>10.150.000,00</b>	<b>12.947.865,28</b>	<b>11.067.620,87</b>	<b>85,48</b>	<b>9.826.312,77</b>	<b>75,89</b>	<b>9.826.312,77</b>	<b>75,89</b>	<b>1.241.308,10</b>

  

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100	
<b>ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)</b>	<b>7.352.000,00</b>	<b>9.582.946,16</b>	<b>9.195.003,38</b>	<b>28,22</b>	<b>8.984.638,05</b>	<b>29,22</b>	<b>8.900.021,20</b>	<b>29,28</b>	<b>210.365,33</b>
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)</b>	<b>17.247.600,00</b>	<b>20.578.010,11</b>	<b>18.106.178,13</b>	<b>55,56</b>	<b>16.726.405,62</b>	<b>54,39</b>	<b>16.485.735,02</b>	<b>54,23</b>	<b>1.379.772,51</b>
<b>SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)</b>	<b>300.000,00</b>	<b>418.000,00</b>	<b>414.529,76</b>	<b>1,27</b>	<b>347.514,76</b>	<b>1,13</b>	<b>347.514,76</b>	<b>1,14</b>	<b>67.015,00</b>
<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)</b>	<b>315.000,00</b>	<b>299.400,00</b>	<b>179.889,69</b>	<b>0,55</b>	<b>149.133,82</b>	<b>0,48</b>	<b>147.288,66</b>	<b>0,48</b>	<b>30.755,87</b>
<b>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)</b>	<b>643.000,00</b>	<b>1.071.150,00</b>	<b>878.950,00</b>	<b>2,70</b>	<b>832.389,78</b>	<b>2,71</b>	<b>826.710,46</b>	<b>2,72</b>	<b>46.560,22</b>
<b>ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)</b>									
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)</b>	<b>3.246.000,00</b>	<b>4.172.540,44</b>	<b>3.812.873,47</b>	<b>11,70</b>	<b>3.711.370,92</b>	<b>12,07</b>	<b>3.691.846,00</b>	<b>12,14</b>	<b>101.502,55</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>29.103.600,00</b>	<b>36.422.046,71</b>	<b>32.587.424,43</b>	<b>100,00</b>	<b>30.751.452,95</b>	<b>100,00</b>	<b>30.399.116,10</b>	<b>100,00</b>	<b>1.835.971,48</b>

De acordo com os dados apresentados acima o Município de Sooretama atendeu a legislação, não havendo necessidade de recomendações.



### **3.6.3 Percentual aplicado na manutenção do desenvolvimento do ensino**

Dentre os direitos constitucionais assegurados a todos está a educação, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, constituindo-se no verdadeiro caminho para a inclusão social.

Para tanto, o legislador constitucional assegurou a aplicação mínima das receitas públicas destinadas a essa área, conforme determina a Constituição Federal, verbis:

***Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*



Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996) em seu artigo 70, disciplina quais gastos podem ser realizados com as verbas inseridas no mínimo constitucional, ou seja, as despesas para manutenção e desenvolvimento do ensino, e no artigo 71 as despesas que não podem ser realizadas com a verba mínima constitucional.

Portanto, conforme o Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2024, o **Município de Sooretama aplicou na educação o valor de R\$ 26.126.222,25** (vinte e seis milhões, cento e vinte seis mil e vinte cinco centavos), que em percentual equivale a **26,60%** (vinte e seis, vírgula sessenta por cento).

#### ANEXO 8 – RREO

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	10.176.530,00	9.918.293,49	9.721.111,95	9.686.641,37	197.181,54
20.1- Educação Infantil	1.292.406,92	1.225.109,65	1.189.838,30	1.184.549,66	35.271,35
20.2- Ensino Fundamental	5.438.750,00	5.281.894,08	5.176.648,10	5.172.698,12	105.245,98
20.3- Educação de Jovens e Adultos	1.946,00				
20.4- Educação Especial	97.387,08	88.852,85	87.118,66	86.829,10	1.734,19
20.5- Administração Geral	3.346.040,00	3.322.436,91	3.267.506,89	3.242.564,49	54.930,02
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outros					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	68.768.622,99	68.269.546,28	67.949.562,12	67.129.126,68	319.984,16
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	23.166.997,67	22.925.133,21	22.810.477,19	22.518.700,38	114.656,02
21.1.1- Creche	11.157.177,52	11.040.696,54	10.985.479,14	10.844.959,71	55.217,40
21.1.2- Pré-escola	12.009.820,15	11.884.436,67	11.824.998,05	11.673.740,67	59.438,62
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	45.601.625,32	45.344.413,07	45.139.084,94	44.610.426,30	205.328,14

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS – L20(d ou e)	9.918.293,49
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB – (L4)	16.544.102,30
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% – L18(g)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL – L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS <sup>4</sup>	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO – (L30.1(a)) + L30.2(a))	336.173,54
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	26.126.222,25

MUNICÍPIO DE SOORETAMA - ES RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024 RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				STN/SICONFI
				RS 1,00
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2 e 5</sup>	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (xx)	% APLICADO (ab)	
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	24.556.548,94	26.126.222,25	26,60	





Por força legal, o Município precisa utilizar, no próprio ano, todo o recurso recebido do FUNDEB (Lei nº 14.113/2020), sendo que, desse total pelo menos 70% serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, e 5% poderão ser utilizados.





De acordo com o Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2024, recursos do FUNDEB na remuneração do magistério, abaixo evidenciado:

ANEXO 8 – RREO

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal <sup>2</sup>	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APOS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	38.574.287,84	38.882.690,49	38.873.752,41	70,56
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		7.497.283,01	7.497.283,01	56,58
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	1.987.697,06	2.213.218,24	2.213.218,24	16,70

Conforme verificado na tabela acima os percentuais estão de acordo com limites legais estabelecidos.



#### 4. PARECER CONCLUSIVO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno examinou apenas os pontos de controle indicados no relatório, referente à prestação de contas anual do exercício de 2024, que tem como ordenador de despesas o senhor Alessandro Broedel Torezani, com o objetivo de:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade gestora municipal, bem como a aplicação responsável dos recursos públicos;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o escopo dos pontos analisados, informamos que não constatamos irregularidades, por isso não houve necessidade de apresentar proposições ao gestor responsável para realização de correções. Portanto, a presente prestação de contas encontra-se apta para avaliação e julgamento deste Egrégio Tribunal.

Sooretama-ES, 27 de março de 2025.

**HIGOR GONÇALVES DE BARROS**  
Controlador Geral Municipal  
Decreto 07/2025

**SEBASTIÃO CARDOSO DOS SANTOS**  
Assessor Contábil e Financeiro  
Decreto 026/2025  
CRC/ES 014550/O